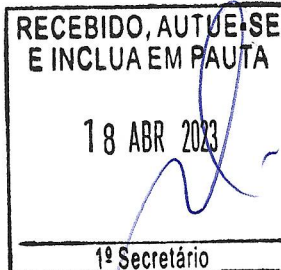




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO	<div>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 18 ABR 2023 Protocolo: 23/23</div>	PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº 23/23
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p>Acrescenta o parágrafo único ao artigo 2º da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, que “Delega competência ao Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO para movimentar as dotações e os créditos orçamentários próprios e praticar os atos de administração financeira, orçamentária e patrimonial necessários ao funcionamento do Poder Legislativo Estadual, bem como para outros atos de natureza administrativa.”</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:</p> <p>Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 2º da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º</p> <p>Parágrafo único. Fica instituído o ordenador de despesa secundário, que será representado pelo Superintendente de Finanças ou por quem vier a substituí-lo, para assinatura dos atos de gestão orçamentária e financeira a que alude o inciso I do artigo 1º desta Resolução, quando assim solicitado pelo Secretário-Geral ou exigido por sistema integrado de planejamento e gestão fiscal.” (NR)</p> <p>Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 18 de abril de 2023.</p> <p>Deputado MARCELO CRUZ Presidente</p>			



Assimbleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
	Deputado JEAN OLIVEIRA 1ª Vice-Presidente	Deputado RIBEIRO DO SINPOL 2ª Vice-Presidente	
	Deputado CIRONE DEIRÓ 1º Secretário	Deputado JEAN MENDONÇA 2º Secretário	
	Deputado NIM BARROSO 3º Secretário	Deputado ALEX REDANO 4º Secretário	



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

A presente propositura visa implementar, no âmbito da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, a figura do ordenador de despesa secundário, na figura do Superintendente de Finanças, para os atos de gestão orçamentária e financeira, tanto porque alguns sistemas informatizados exigem a assinatura de mais de um ordenador de despesa para o envio de informações, como para que determinados atos possam ser assinados em conjunto com o Secretário-Geral quando necessários.

Além disso, a iniciativa visa assegurar maior rapidez e objetividade na tomada de decisão dos atos administrativos, ficando a competência delegada a um agente administrativo que, atuando como ordenador de despesas secundário, terá autoridade para realizar despesas orçamentárias, sempre acompanhadas do ordenador primário.

Diante dos motivos expostos, contamos com o apoio e o voto dos Nobres Pares para aprovação esta proposição.